



INFINITUM

ISSN: 2595-9549

Vol. 9, n. 19, 2026, 1 - 23

DOI: <https://doi.org/10.18764/2595-9549v9n19e25593>

Parcerias Estratégicas na Educação Superior: o programa Capes-PrInt e a América Latina

Giovanni Miraveti Carriello

Instituição: Universidade Federal de São Carlos – São Paulo

E-mail: giovannimiraveti@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2725-0328>

Luana Almeida Cardoso Sampaio Domingues

Instituição: Universidade Federal de São Carlos – São Paulo

E-mail: lacsdomingues@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3602-3680>

Naylson Ferreira

Instituição: Universidade Federal de São Carlos – São Paulo

E-mail: naylsonfquimico@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9676-2004>

Idelzuite Azevedo Alcântara Leme

Instituição: Universidade Federal de São Carlos – São Paulo

E-mail: zuiteleme@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5699-8091>

João Batista dos Santos Junior

Instituição: Universidade Federal de São Carlos – São Paulo

E-mail: joabats@ufscar.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1952-2242>



Resumo: O presente artigo analisa o processo de internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil, com foco na América Latina, a partir dos dados do Relatório Parcial do Capes-PrInt de 2020. A internacionalização é vista como uma estratégia fundamental para o desenvolvimento acadêmico e científico, promovendo parcerias estratégicas com países desenvolvidos e em desenvolvimento. O estudo destaca a relevância das políticas de cooperação internacional, evidenciando a liderança do Brasil na região e a importância de fortalecer os laços com outros países latino-americanos. A análise revela que, embora haja predomínio de colaborações com países europeus e norte-americanos, as parcerias com nações latino-americanas como Argentina, México e Chile são significativas. O artigo também aborda as críticas ao programa Capes-PrInt, principalmente no que diz respeito à distribuição seletiva dos recursos, que alguns consideram competitiva e excludente. Conclui-se que a internacionalização, apesar dos desafios e das restrições orçamentárias, é essencial para o fortalecimento da pesquisa acadêmica, a modernização das instituições de ensino superior e a inserção do Brasil no cenário global, promovendo uma integração mais efetiva com os países da América Latina.

Palavras-chaves: Internacionalização, Capes-PrInt, Cooperação Internacional, América Latina, Ensino Superior.

Strategic Partnerships in Higher Education: the Capes-PrInt program and Latin America

Abstract: This article analyzes the internationalization process of higher education institutions in Brazil, focusing on Latin America, based on data from the 2020 Capes-PrInt Partial Report. Internationalization is seen as a fundamental strategy for academic and scientific development, promoting strategic partnerships with developed and developing countries. The study highlights the relevance of international cooperation policies, showcasing Brazil's leadership in the region and the importance of strengthening ties with other Latin American countries. The analysis reveals that, although collaborations with European and North American countries predominate, partnerships with Latin American nations such as Argentina, Mexico, and Chile are significant. The article also addresses criticisms of the Capes-PrInt program, mainly regarding the selective resource allocation, which some consider competitive and exclusionary. It concludes that internationalization, despite the challenges and budgetary constraints, is essential for strengthening academic research, modernizing higher education institutions, and integrating Brazil into the global scenario, promoting a more effective integration with Latin American countries.

Keywords: Internationalization, Capes-PrInt, International Cooperation, Latin America, Higher Education.



Asociaciones estratégicas en la educación superior: el programa Capes-PrInt y América Latina

Resumen: Este artículo analiza el proceso de internacionalización de las instituciones de educación superior en Brasil, con enfoque en América Latina, a partir de los datos del Informe Parcial del Capes-PrInt de 2020. La internacionalización se considera una estrategia fundamental para el desarrollo académico y científico, promoviendo asociaciones estratégicas con países desarrollados y en desarrollo. El estudio destaca la relevancia de las políticas de cooperación internacional, evidenciando el liderazgo de Brasil en la región y la importancia de fortalecer los lazos con otros países latinoamericanos. El análisis revela que, aunque predominen las colaboraciones con países europeos y norteamericanos, las asociaciones con naciones latinoamericanas como Argentina, México y Chile son significativas. El artículo también aborda las críticas al programa Capes-PrInt, principalmente en lo que respecta a la distribución selectiva de recursos, considerada competitiva y excluyente por algunos. Se concluye que la internacionalización, a pesar de los desafíos y las restricciones presupuestarias, es esencial para fortalecer la investigación académica, modernizar las instituciones de educación superior e insertar a Brasil en el escenario global, promoviendo una integración más efectiva con los países de América Latina.

Palavras claves: Internacionalización, Capes-PrInt, Cooperación Internacional, América Latina, Educación Superior.

INTRODUÇÃO

A ascensão de uma sociedade em que a informação e o conhecimento estão cada vez mais rapidamente disponíveis e integrados pode ser explicada a partir da perspectiva da globalização. A globalização pode ser entendida como um fenômeno que tem transformado profundamente a dinâmica social e econômica no mundo todo (Altbach; Knight, 2007). De acordo com Altbach e Knight (2007), a globalização facilita a circulação rápida de informação, bens e pessoas, além de promover, em certa medida, uma interdependência entre nações que exige uma aproximação maior entre elas.

Nesse contexto, de acordo com Leão, Nogueira e Castro (2024), a temática da internacionalização tem ganhado destaque nas dinâmicas da educação superior.



Embora a internacionalização da educação superior não seja uma novidade, o rápido avanço da ciência e das tecnologias da comunicação e da informação implicou novas demandas para a pós-graduação, considerada o lócus da produção do conhecimento e da formação de indivíduos (Leão; Nogueira; Castro, 2024).

A educação superior tem um papel crucial no desenvolvimento social e grande relevância na formação dos indivíduos, preparando-os para os desafios complexos da sociedade do conhecimento no mundo globalizado (Sousa; Filho, 2024). Para Sousa e Filho (2024), a internacionalização constitui um importante processo para que a educação superior possa atingir objetivos mais amplos. Ela ocorre por meio de um conjunto abrangente de políticas, estratégias, ações e atores que visam à cooperação entre universidades e outros tipos de instituições de educação superior (IES).

Cabe ressaltar que os estudos convergem no entendimento de Altbach e Knight (2007) de que a internacionalização é um meio, e não um fim em si mesma. Logo, espera-se que ela atinja os objetivos almejados pelas instituições de ensino superior, que, em última análise, compreendem preparar o estudante para o trabalho e para a vida cotidiana no mundo global (Araújo; Fernandes, 2021; Oliveira; Grike; Todeschini, 2016; Sousa; Filho, 2024).

No Brasil, o processo de internacionalização foi impulsionado pela criação da Capes em 1951, embora tenha surgido como diretriz apenas no Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010), sob a perspectiva da solidariedade e cooperação internacional (Araújo; Fernandes, 2021). De acordo com Araújo e Fernandes (2021), “a institucionalização da Capes significou maior desenvolvimento de pesquisas voltadas para a formação de recursos humanos, que tinham como objetivo a modernização do país (Araújo; Fernandes, 2021, p. 593)”.



Ainda de acordo com Araújo e Fernandes (2021), atualmente, existem inúmeras agências e instituições de fomento e apoio à pesquisa, com o objetivo de aproximar o conhecimento produzido aos interesses de mercado. No âmbito público, destacam-se a Capes, subordinada ao Ministério da Educação, e o CNPq, subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

As agências de fomento, em especial a Capes, exercem também um papel regulador, além de realizarem a avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação por intermédio da comparação de desempenho entre eles. Os critérios estabelecidos para esta comparação abordam, entre outros temas, a internacionalização, o nível de impacto e a relevância econômica e social (Araújo; Fernandes, 2021; Oliveira; Grike; Todeschini, 2016; Sousa; Filho, 2024).

De acordo com Oliveira, Grike e Todeschini (2016), entre as ações desempenhadas pela Capes, destaca-se o apoio a grupos de pesquisa brasileiros por meio da cooperação internacional. São duas as estratégias utilizadas pela Capes em cumprimento ao seu Programa Geral de Cooperação Internacional: os projetos de parceria universitária e os projetos conjuntos de pesquisa (CAPES, 2011).

Leão, Nogueira e Castro (2024), ao realizarem um levantamento do papel exercido pela Capes no processo de internacionalização, apontam os diversos programas já adotados pela instituição e seu contexto político de realização. Vários programas foram implementados pela Capes ao longo do seu desenvolvimento, destacando-se o Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE) e o Ciências Sem Fronteiras (CsF), criado em 2011, no governo da presidente Dilma Rousseff, e considerado o maior programa de mobilidade internacional que fomentou bolsas de estudo na graduação e na pós-graduação (Leão; Nogueira; Castro, 2024).

Com a redução orçamentária decorrente, entre outras razões, da nova política fiscal nacional vigente desde 2016 (Emenda Constitucional nº 95/2019) e dos



ajustes impostos pela pandemia da Covid-2019, a Capes teve de redefinir o financiamento de bolsas para internacionalização da pós-graduação, o que, na prática, representou uma restrição e redução do envio de estudantes para o exterior (Leão; Nogueira; Castro, 2024).

Neste cenário, foi elaborado um novo programa para atender às necessidades de internacionalização das IES, o Capes-PrInt. A Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017, instituiu o Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), que se tornou o principal instrumento de internacionalização para os programas de pós-graduação, com ações focadas principalmente nos doutorandos, pós-doutorandos e docentes (Leão; Nogueira; Castro, 2024).

A relevância do Capes-PrInt pode ser evidenciada pela comparação do montante financeiro investido neste programa em relação a outras importantes agências de fomento, como o próprio CNPq e a FAPESP, uma das mais importantes agências de fomento do país, vinculada ao Governo do Estado de São Paulo e subordinada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Oliveira, 2019). Oliveira (2019) destaca que, em 2017, a Capes alocou no Capes-PrInt 19% do seu orçamento, cerca de 942 milhões de reais, o que corresponde a aproximadamente 57% do orçamento total do CNPq e 70% da FAPESP.

Embora esses valores sejam inferiores aos despendidos em outros programas de internacionalização, como o Ciências Sem Fronteiras, o Capes-PrInt demonstra uma iniciativa da Capes para impulsionar a internacionalização da educação superior de acordo com a realidade das IES brasileiras. Em 2017, estava prevista a seleção de 40 projetos de internacionalização, sendo aprovados, após avaliação do mérito acadêmico e científico, 36 projetos (Oliveira, 2019).

Algumas das principais críticas ao programa Capes-PrInt versam sobre a forma como ocorrem a distribuição e alocação dos recursos, tida por alguns autores



como seletiva, competitiva e excludente com algumas áreas do conhecimento. Esta seletividade decorre do foco do programa em beneficiar programas de pós-graduação mais bem avaliados, o que intensifica as assimetrias regionais ao priorizar instituições e áreas com maior infraestrutura e consolidação acadêmica, enquanto muitas áreas do conhecimento, especialmente em regiões menos favorecidas, acabam marginalizadas. Essa lógica excludente limita o alcance da internacionalização e contribui para a concentração de recursos, de modo que a internacionalização não atenda de forma equitativa às diversas demandas do sistema nacional de pós-graduação (Leão; Nogueira; Castro, 2024; Oliveira, 2019).

Em relação às áreas do conhecimento, Paiva e Brito (2019) apontam que a área de Educação não é considerada prioritária, o que, segundo os mesmos autores, se manifesta no reduzido acesso aos recursos do programa e na desvalorização da relação Sul-Sul, na qual essa área é mais expressiva. Essa mesma exclusão é indicada por Oliveira (2020) em relação às Ciências Humanas e Sociais, que acabam dependendo de iniciativas individuais de pesquisadores e das instituições de ensino superior para a internacionalização de seus programas.

Apesar das críticas, o programa Capes-PrInt expõe a importância da Capes no fomento à internacionalização das pesquisas desenvolvidas no Brasil. Os desafios impostos por um contexto de restrição orçamentária e ajuste fiscal às universidades brasileiras não são diferentes dos desafios enfrentados por outras instituições públicas. No entanto, a existência do Capes-PrInt sinaliza o compromisso de superar tais desafios à medida que os objetivos do programa vão sendo alcançados (Leão; Nogueira; Castro, 2024; Oliveira, 2019).

O Brasil possui um papel regional de relevância no contexto da América Latina. Os desafios sociais, econômicos e políticos são fatores que unem as nações que compõem nossa região (Bernal-Meza, 2008). No entanto, quando se trata do processo



de internacionalização, de acordo com Araújo e Fernandes (2021), as parcerias para internacionalização do Brasil com demais países da América Latina “ainda são embrionárias e refletem a pouca inserção que a região tem no cenário mundial, o que lhe impõe uma posição de dependência em relação a outras economias mundiais, com repercussões na educação superior”.

Os dados revelados por Araújo e Fernandes (2021) mostram as dificuldades das instituições de ensino superior da América Latina nos seus processos de internacionalização e apontam para a dependência dos países desenvolvidos. Nesse sentido, cabe refletir sobre a importância do estreitamento de laços entre as instituições de ensino superior dos países da América Latina a fim de superar essas relações desiguais com países desenvolvidos, buscando alcançar o avanço da ciência e da tecnologia, com a evolução e o domínio do conhecimento produzido, como proposto pelo Fórum Latino-americano da Educação Superior (Oliveira; Grike; Todeschini, 2016).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo mapear e apresentar como os países da América Latina estão presentes na execução do programa de internacionalização Capes Print, a partir dos dados apresentados pelas instituições de ensino superior no Relatório Parcial do Capes-PrInt de 21 de agosto de 2020 (CONSULTORES DA RNP DO CONTRATO 126/2019, 2020). Este mapeamento permite analisar a relação das IES inseridas no programa com as demais instituições internacionais, principalmente com aquelas que compõem a América Latina.

METODOLOGIA

A partir do Relatório de Execução do Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt) de 21 de agosto de 2020 (CONSULTORES DA RNP



DO CONTRATO 126/2019, 2020), analisaram-se os países recorrentes determinados como estratégicos pelas instituições de ensino, categorizando-os em cada um dos continentes. No caso da Rússia, que apresenta território em dois continentes (Ásia e Europa), optou-se por categorizá-la apenas na Europa, visto que a maior parte da população russa está neste continente (Segrillo, 2020). Posteriormente, destrinchou-se o continente americano, separando a América Latina dos demais países do continente e analisou-se esta seção dos países latino-americanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relatório traz 36 instituições de ensino (sendo 31 públicas e 5 privadas), e para cada uma delas são listados os países que a própria instituição considerou estratégicos em seu projeto de cooperação internacional (CONSULTORES DA RNP DO CONTRATO 126/2019, 2020). Conforme o Edital nº 41/2017 da Capes (CAPES, 2017a), citado no relatório, 70% dos recursos dos projetos deverão, obrigatoriamente, ser destinados aos países com os quais a CAPES já mantém cooperação efetiva, podendo somente os 30% restantes serem destinados a outros países. Esta lista de países foi inserida no Anexo I do edital supracitado, que diz:

A seguir estão relacionados os países das instituições com as quais ao menos 70% dos recursos para parcerias devem ser alocados.

África do Sul	Bélgica
Alemanha	Canadá
Argentina	China
Austrália	Coréia do Sul
Áustria	Dinamarca



Espanha	México
Estados Unidos da América	Noruega
Finlândia	Nova Zelândia
França	Países Baixos
Índia	Reino Unido
Irlanda	Rússia
Itália	Suécia
Japão	Suíça

2. O restante de 30% dos recursos pode ser alocado para parcerias com instituições de outros países, conforme prioridades e estratégias da Instituição Proponente (CAPES, 2017b, n.p.).

Conforme o relatório, além dos 26 países citados, as instituições de ensino também indicaram outros 51 países, totalizando inicialmente 77 países (CONSULTORES DA RNP DO CONTRATO 126/2019, 2020). Na Tabela 1, há a distribuição, por instituição de ensino, do total de países listados como estratégicos pela instituição, que serão denominados como países do Anexo I, bem como a porcentagem dos países pertencentes ao Anexo I e os não pertencentes.

Tabela 1 - Distribuição de Países Estratégicos por Instituição de Ensino Conforme o Anexo I do Edital nº 41/2017 da Capes.

Instituição	Total de países listado como estratégico	Total de países do Anexo I	Total de Países não listados no Anexo I
Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ)	22	86%	14%
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	24	67%	33%
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)	44	59%	41%
Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)	25	56%	44%



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	34	71%	29%
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	31	81%	19%
Universidade de Brasília (UNB)	22	95%	5%
Universidade de São Paulo (USP)	30	73%	27%
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	36	64%	36%
Universidade do Vale do Rio Dos Sinos (Unisinos)	12	92%	8%
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	54	46%	54%
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)	38	68%	32%
Universidade Federal Da Bahia (UFBA)	46	57%	43%
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	46	57%	43%
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	5	100%	0%
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	14	86%	14%
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	37	70%	30%
Universidade Federal de Pelotas (UFPeL)	16	94%	6%
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	32	66%	34%
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	37	68%	32%
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	28	79%	21%
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	35	74%	26%
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	26	69%	31%
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	32	72%	28%
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	23	91%	9%
Universidade Federal do Abc (UFABC)	39	64%	36%
Universidade Federal do Ceará (UFC)	20	90%	10%
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	20	90%	10%
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	39	62%	38%
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	41	63%	37%
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	15	93%	7%
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	33	79%	21%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	27	81%	19%
Universidade Federal do Fluminense (UFF)	25	68%	32%
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	20	85%	15%
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)	35	71%	29%

Fonte: Elaborados pelos autores (2024). Dados obtidos de Consultores da RNP do Contrato 126/2019 (2020).

Nota-se na Tabela 1 que a única instituição que apresentou 100% dos países estratégicos dentro do Anexo I foi a UFLA. Em contrapartida, a única instituição que apresentou mais da metade dos países listados fora do Anexo I foi a Unicamp. Entretanto, é importante ressaltar que cada instituição possuía autonomia para listar quaisquer e quantos países achassem relevantes em seus projetos, contanto que, durante a execução do projeto, pelo menos 70% dos recursos se concentrassem nos países do Anexo I. Dessa forma, não se pode confundir que a presença de mais de 30%



dos países no total listado signifique que mais de 30% da verba foi destinada a esses países.

A média das porcentagens dos países listados no Anexo I e dos não listados, considerando todas as instituições, foi de 75% e 25%, respectivamente. Considerando apenas as instituições privadas (FGV, PUC-Rio, PUC-RS, Unisinos e UPM), a porcentagem foi de 80% e 20%, e, considerando todas as instituições públicas, foi de 74% e 26%. Isso indica que, independentemente do tipo de instituição, a tendência foi considerar outros países, além dos listados no Anexo I, como estratégicos, sendo a única exceção a UFLA.

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos países estratégicos pelos diferentes continentes. Nota-se um predomínio de países da Europa, com uma porcentagem acima de 40% em todas as universidades, seguida pela América, com uma variação entre 14% e 40%. A Ásia ocupa a terceira posição, com valores que variam entre 8% e 21%, enquanto África e Oceania apresentam os menores percentuais, variando de 0% a 17% e de 0% a 13%, respectivamente. Na América Latina, objeto de estudo deste trabalho, os valores percentuais variam entre 0% e 25%.

Tabela 2 - Percentual de Colaborações Internacionais por Região nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

Instituição	América	Europa	Ásia	África	Oceania	Total da América Latina
FGV/RJ	27%	50%	14%	5%	5%	18%
Fiocruz	38%	42%	13%	4%	4%	29%
INPE	30%	41%	18%	7%	5%	25%
ITA	24%	60%	12%	0%	4%	16%
PUC-Rio	21%	53%	12%	9%	6%	15%
PUC-RS	16%	55%	13%	10%	6%	10%
UNB	18%	59%	9%	5%	9%	9%
USP	23%	43%	20%	7%	7%	17%
UERJ	25%	47%	14%	8%	6%	19%
Unisinos	17%	75%	8%	0%	0%	0%



Unicamp	26%	43%	19%	9%	4%	20%
Unesp	26%	53%	13%	3%	5%	21%
UFBA	22%	41%	15%	17%	4%	17%
UFPB	22%	41%	15%	17%	4%	17%
UFLA	40%	60%	0%	0%	0%	0%
UFMS	14%	57%	21%	0%	7%	0%
UFMG	24%	51%	16%	3%	5%	19%
UFPeI	31%	56%	6%	0%	6%	19%
UFPE	22%	44%	25%	6%	3%	16%
UFSC	22%	49%	16%	8%	5%	16%
UFSM	25%	50%	11%	7%	7%	18%
UFSCar	26%	49%	11%	9%	6%	17%
Unifesp	27%	50%	15%	0%	8%	19%
UFU	25%	53%	13%	3%	6%	19%
UFV	17%	61%	13%	0%	9%	9%
UFABC	23%	54%	8%	10%	5%	18%
UFC	20%	55%	15%	0%	10%	10%
UFES	20%	55%	15%	0%	10%	10%
UFPR	26%	49%	13%	8%	5%	21%
UFRJ	24%	44%	20%	7%	5%	20%
FURG	27%	53%	7%	0%	13%	13%
UFRN	24%	52%	15%	3%	6%	18%
UFRGS	19%	59%	15%	0%	7%	11%
UFF	20%	52%	12%	12%	4%	12%
UFRPE	30%	50%	10%	5%	5%	20%
UPM	20%	51%	20%	6%	3%	14%

Fonte: Elaborados pelos autores (2024). Dados obtidos de Consultores da RNP do Contrato 126/2019 (2020).

Esse predomínio de países da Europa e América pode ser atribuído à já consagrada cooperação internacional das universidades brasileiras com países como França, Alemanha e Estados Unidos (Eiras, 2008; Krawczyk, 2008).

Nos continentes com menor percentual, observa-se o domínio de alguns países entre os citados como estratégicos no edital. Na Ásia, os mais indicados são China, Índia e Japão; na Oceania, apenas Austrália e Nova Zelândia são mencionados; enquanto na África, há um predomínio da África do Sul, sendo que, das 18 universidades que listam países da África como estratégicos, apenas uma não cita a África do Sul. Na América Latina, Argentina e México são os países mais indicados como estratégicos pelas instituições e universidades contempladas pelo programa.



Cabe novamente destacar que todos os países mencionados acima são listados como estratégicos de acordo com o Edital nº 41/2017 (CAPES, 2017a), que estabeleceu o programa Capes-PrInt. De acordo com o mesmo edital, um percentual mínimo de 70% dos recursos do projeto deve ser investido nesses países.

Os países da América Latina não são considerados estratégicos em três das 36 universidades participantes do Capes-PrInt, sendo duas delas federais (UFLA e UFMS) e uma privada (UNISINOS). A UFLA e a UNISINOS concentram os investimentos do programa na América e Europa, sendo que a primeira destina a totalidade dos recursos nesses dois continentes, e a segunda 92%, com os outros 8% destinados à Ásia.

Em seis instituições contempladas pelo programa Capes-PrInt, o percentual de países latino-americanos apontados como estratégicos é igual ou superior a 20%. O INPE lidera com um percentual de 25%, seguido pela UNESP, UFBA e UFPA, todas com 21%, e pela UFRJ e UNICAMP, ambas com 20%.

Duas universidades fazem uma referência direta à região da América Latina nos objetivos de suas propostas: a PUC-RJ busca uma integração dos países do sul com o sistema acadêmico global, e a UNESP destaca o papel de protagonismo do Brasil na região, estabelecendo o diálogo Sul-Sul como um de seus objetivos. Na Tabela 3 há a ocorrência, em número absoluto e em porcentagem, de cada um dos países da América Latina como estratégicos pelas 36 instituições contempladas no Capes-PrInt.

Tabela 3 - Ocorrência de Países da América Latina como Estratégicos nas Instituições Contempladas pelo Capes-PrInt.

País	Ocorrência como país estratégico nas instituições (número absoluto)	Ocorrência como país estratégico nas instituições (%)
Argentina	32	89%
Bolívia	2	6%
Chile	24	67%



Colômbia	21	58%
Costa Rica	7	19%
Cuba	12	33%
El Salvador	0	0%
Equador	9	25%
Guatemala	1	3%
Haiti	0	0%
Honduras	1	3%
México	31	86%
Nicarágua	0	0%
Panamá	1	3%
Paraguai	4	11%
Peru	10	28%
República Dominicana	0	0%
Uruguai	20	56%
Venezuela	3	8%

Fonte: Elaborados pelos autores (2024). Dados obtidos de Consultores da RNP do Contrato 126/2019 (2020).

Visto que a cooperação entre nações está associada a uma necessidade de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, que projeta na internacionalização uma robustez dos programas de pós-graduação, fortalecendo o cenário de pesquisa no Brasil (Araújo; Fernandes, 2021), as parcerias ocorrem frequentemente com países desenvolvidos, em vista das contribuições que esses possam trazer para os programas acadêmicos e para a pesquisa brasileira, elevando suas capacidades de competição em uma escala global (Leão; Nogueira; Castro, 2024).

Apesar da menor frequência de parcerias com países da América Latina, possivelmente associada à focalização em países com parcerias estabelecidas pela Capes ou na escolha de países desenvolvidos, observa-se na Tabela 3 uma certa frequência de países da América Latina considerados como estratégicos, com maior ocorrência da Argentina e do México, seguidos por Chile, Colômbia, Uruguai e Cuba.

De acordo com Araújo e Fernandes (2021), no período de 2005 a 2018, foram abertos editais de cooperação com apenas quatro países da América Latina. Ocorreram 19 editais de parceria com a Argentina, 1 com a Colômbia, 1 com o México e 8 com o



Uruguai. Dessa forma, pode-se observar um crescimento nas parcerias com a América Latina e uma tendência do Brasil em estabelecer colaboração com a Argentina.

Com relação aos dois países de preferência constantes na Tabela 3, o México possui extensões de universidades americanas renomadas em seu território, que, por sua vez, possuem programas que preveem o intercâmbio de estudantes e a graduação conjunta. A Argentina também possui campus filiais de universidades estrangeiras em seu território, o que favorece a internacionalização (Altbach; Knight, 2007).

De acordo com o documento produzido pela Capes, que analisou dados coletados em questionários aplicados em 2017 com o objetivo de avaliar o estado atual da internacionalização nessas instituições e estabelecer metas futuras, apenas Argentina e México foram mencionados como países de interesse para parcerias na América Latina pelas instituições de ensino superior. Nesse documento, é apresentado ainda o fator de impacto individual dos países, onde se observa que o fator de impacto da maioria dos países é maior que o do Brasil, demonstrando o benefício potencial dessas parcerias (CAPES, 2017a).

Essa informação revela que o interesse em realizar parcerias pode ocorrer no sentido de beneficiar o país, o que pode explicar as menores parcerias com países em desenvolvimento da América Latina que, assim como o Brasil, possuem dificuldades em se adequar ao modelo de internacionalização do Global Norte, que difere em suas características dos padrões de educação dos países do hemisfério sul (MOROSINI et al., 2024).

A Tabela 4 apresenta os dados de número de publicações, citação e fator de impacto dos 20 países da América Latina em um recorte temporal de 2014 a 2023. Os dados foram obtidos através da Plataforma SciVal (ELSEVIER, 2024), a mesma utilizada no documento produzido pela Capes em 2017 (CAPES, 2017a), com a



diferença do recorte temporal utilizado, pois o documento não apresentava essa informação.

Tabela 4 – Dados de produção acadêmica, citações e fator de impacto de citação dos países da América Latina de 2014 a 2023.

País	Produção acadêmica (número absoluto)	Citações (número absoluto)	Fator de impacto de citação individual	Fator de impacto de citação em colaboração
Brasil	868603	10998708	0,89	-
México	283252	3601694	0,91	3,59
Chile	163663	2657125	1,18	3,11
Argentina	158878	2365698	1,05	3,05
Colômbia	142015	1701652	0,95	3,14
Peru	53878	672326	1,09	3,39
Equador	46464	496031	0,95	3,16
Cuba	24420	187789	0,55	2,68
Uruguai	19752	322296	1,24	1,89
Venezuela	17138	209846	0,83	2,97
Costa Rica	13743	275914	1,4	5,38
Panamá	7735	282031	2,38	10,30
Bolívia	4571	86445	1,48	3,27
Paraguai	4001	65012	1,27	2,67
Guatemala	3705	71630	1,69	5,60
República Dominicana	2676	35373	1,25	3,66
Honduras	2571	31815	1,16	2,76
El Salvador	1617	21973	1,18	4,29
Nicarágua	1489	27295	1,33	3,38
Haiti	1363	20397	1,3	4,75

Fonte: Elaborados pelos autores (2024). Dados obtidos de Elsevier (2024).

Observa-se na Tabela 3 que os países mais citados como estratégicos se encontram entre os nove primeiros da América Latina no ranking de produção acadêmica e número de citações obtidos pela plataforma SciVal, para o recorte



temporal realizado. São países com alta produtividade acadêmica, o que possibilita maiores chances de temáticas de trabalho em comum para serem objeto de colaboração e que também possuem a internacionalização bem estabelecida.

Os países menos citados possuem uma produtividade menor, o que pode indicar que são nações onde a pesquisa acadêmica ainda está se consolidando. Em eventuais parcerias, haveria um maior benefício para esses países em relação ao Brasil, que, ao mesmo tempo em que busca se enquadrar num modelo de internacionalização dos países do Norte Global, difere em seu modelo educacional. O Brasil apresenta preferência em se aliar a esses países desenvolvidos, que possuem estrutura e ocupam altas posições no ranking mundial de produtividade acadêmica (Araújo; Fernandes, 2021).

A única discrepância diz respeito à Venezuela, que foi citada por apenas três instituições de acordo com a Tabela 3. Contudo, a Venezuela não possui baixa produtividade em relação aos países da América Latina, ocupando a décima posição na Tabela 4. Isso pode ser atribuído os conflitos políticos e econômicos recentes, que geraram desestabilizações econômicas e sociais no país, também ocasionaram tensões e crises nas relações fronteiriças entre Brasil e Venezuela (Alves, 2021; Galvão; Pereira; Costa, 2021; Ribeiro, 2019).

O fator de impacto de citação individual pode ser difícil de ser considerado como comparativo de análise, pois resulta de um cálculo que relaciona a quantidade de citações com a produção acadêmica (Cardoso et al., 2020; Sukoco et al., 2023). Ainda assim, é possível afirmar que o Panamá, que não foi citado por nenhuma instituição como país estratégico, possui um alto número absoluto de citações em relação à sua quantidade absoluta de produção acadêmica. Suas produções possuem alto impacto, e eventuais colaborações poderiam beneficiar o Brasil, como observado no alto fator de impacto de citação em colaboração.



No caso de República Dominicana, El Salvador e Haiti, o mesmo fenômeno acontece. Contudo, tanto a produtividade quanto as citações em número absoluto são menores que as do Panamá, e, assim, a produção acadêmica nesses países ainda se apresenta incipiente. Com relação ao fator de impacto em colaboração, ambas apresentam um valor elevado que poderia beneficiar o Brasil em caso de parcerias.

Da mesma forma que os países com menor produção acadêmica pode apresentar limitação na identificação de temáticas em comum para serem objeto de parceria, a indicação de países com baixa produtividade pode mostrar alinhamento entre as propostas de trabalho das instituições e as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nesses países. A título de exemplo, a Fiocruz, que apontou como temas estratégicos doenças infecciosas, crônicas e desigualdades na saúde, apresentou a Guatemala como país estratégico (CONSULTORES DA RNP DO CONTRATO 126/2019, 2020). Fazendo uma busca na Plataforma Periódicos Capes (<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/>), com os operadores booleanos "Guatemala" AND "doenças infecciosas", com recorte temporal de 2014 a 2023 e filtrando para apenas trabalhos em espanhol, apresentou 31 resultados, indicando que se trata de uma área de pesquisa no país.

Ainda que haja dificuldade de alinhamento nas temáticas de pesquisa, isso pode ser superado a partir da elaboração de propostas de caráter interdisciplinar, o que favoreceria o intercâmbio de pessoas, de ideias e também a construção de temas amplos que seriam trabalhados com a participação de diferentes especialistas, na resolução de problemas complexos do mundo globalizado que, em sua essência, não se reduz a áreas específicas do conhecimento e é multicultural.

Para isso, seria necessário um posicionamento em acordo com a perspectiva dos países do hemisfério sul, que, conforme Morosini et al. (2024) apontam como princípios a cooperação, a solidariedade e o intercâmbio de conhecimentos, no sentido



de reforçar as instituições latinas para lidar com o processo de desenvolvimento e com as disparidades sociais característicos desses países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de cooperação internacional voltadas para a América Latina estão vinculadas, por um lado, a uma maior integração do Brasil com os países da região e, por outro, ao fortalecimento da posição de liderança do país. O estudo revelou que, embora haja uma predominância de colaborações com países desenvolvidos da Europa e América do Norte, a América Latina tem um papel significativo nas estratégias de internacionalização das instituições brasileiras. Programas como o Capes-PrInt demonstram o compromisso do Brasil em estabelecer e fortalecer parcerias com países latino-americanos, mesmo diante de desafios econômicos e políticos.

A análise dos dados do Relatório Parcial do Capes-PrInt publicado em 2020 evidenciou que instituições de ensino superior brasileiras estão ativamente buscando cooperação com uma variedade de países, incluindo nações da América Latina como Argentina, México e Chile. Essas parcerias não apenas promovem o desenvolvimento científico e tecnológico.

Observa-se que as universidades brasileiras, em suas estratégias de internacionalização, estão cientes da necessidade de diversificar suas colaborações para incluir países com diferentes níveis de desenvolvimento econômico e acadêmico. A inclusão de países latino-americanos como estratégicos reflete um esforço para superar as desigualdades regionais e promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.



Em suma, a internacionalização da educação superior no Brasil, impulsionada por programas como o Capes-PrInt, é essencial para o fortalecimento da pesquisa acadêmica e a integração do país no cenário global. As políticas de cooperação internacional voltadas para a América Latina são fundamentais para a consolidação do Brasil como um líder regional, promovendo uma maior colaboração e solidariedade entre as nações latino-americanas.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, Philip G.; KNIGHT, Jane. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n. 3–4, p. 290–305, 1 set. 2007.

ALVES, Thiago Augusto Lima. Brasil e Venezuela: o direito humano de migrar dos refugiados venezuelanos. **Revista Juris UniToledo**, v. 6, n. 01, p. 110–130, 2021.

ARAÚJO, Alda Castro; FERNANDES, Larissa. Internacionalização e pós-graduação: a política de editais da Capes (2005-2018). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 26, p. 587–605, 19 jul. 2021.

BERNAL-MEZA, Raúl. Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, p. 154–178, dez. 2008.

CAPES. **A Internacionalização na Universidade Brasileira: Resultados do Questionário Aplicado pela CAPES**. Brasília: Diretoria de Relações Internacionais, 2017a. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/a-internacionalizacao-nas-ies-brasileiras-pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CAPES. **Anexo I**. 2017b. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10112017Edital412017InternacionalizacaoPrInt2.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2024.

CAPES. **Programa Geral de Cooperação Internacional - PGCI**. 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre>>



aqui/paises/multinacional/programa-geral-de-cooperacao-internacional>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CARDOSO, Lucília et al. A Bibliometric Model to Analyze Country Research Performance: SciVal Topic Prominence Approach in Tourism, Leisure and Hospitality. *Sustainability*, v. 12, n. 23, p. 9897, jan. 2020.

CONSULTORES DA RNP DO CONTRATO 126/2019. **Relatório de Execução**. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-relacoes-internacionais/print/Relatrio_Parcial_CAPESPrInt_bolsas_out2020.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2024.

EIRAS, Alícia de Lima. Os intercâmbios institucionais entre alunos de graduação e sua importância nas políticas de regionalização universitária. *Políticas Educativas – PolEd*, v. 1, n. 2, p. 35-46, jul. 2008.

ELSEVIER. *SciVal*. 2024. Disponível em: <<https://www.scival.com/landing>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

GALVÃO, Thiago Gehre; PEREIRA, Bruna de Paula Miranda; COSTA, Mauricio Kenyatta Barros da. The Future of Brazil-Venezuela Partnership under a Migration Crisis Context: Confidence Building Measures by Border Understandings. **Monções: Revista de Relações Internacionais Da UFGD**, v. 10, n. 20, p. 51–79, 15 dez. 2021.

KRAWCZYK, Nora Rut. As políticas de internacionalização das universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul. *Políticas Educativas – PolEd*, v. 1, n. 2, p. 41-53, 2008.

LEÃO, Bruno Layson Ferreira; NOGUEIRA, Fabiana Araújo; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Internacionalização da Pós-Graduação no Brasil: o programa CAPES-PrInt (2018-2022). *Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade*, v. 33, n. 73, p. 91–107, 26 mar. 2024.

MOROSINI, Marília Costa et al. A internacionalização da educação superior no Brasil: o programa CAPES-PrInt e a cooperação acadêmica internacional. *Revista Educação e Políticas em Debate*, p. 1–18, 29 abr. 2024.

OLIVEIRA, Cynthia Sandes. **A internacionalização do ensino superior no Brasil por meio da ação da CAPES: a cocriação do programa CAPES-PrInt**. 2019. 523 f. Tese



(Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em:
<<http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/37086?mode=full>>. Acesso em: 10 jul. 2024

OLIVEIRA, Larissa Maria da Costa Fernandes. **A política de internacionalização da pós-graduação brasileira: um estudo em programas de educação da região nordeste**. 2020. 279f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <
<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/47026>>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

OLIVEIRA, Marlize Rubin; GRIKE, Fabiane; TODESCHINI, Isabela.
Internacionalização da educação superior: uma análise dos Programas de Cooperação Internacional – CAPES. **Revista Espacios**, v. 38, n. 10, p. 1, 2016.

PAIVA, Flavia Melville; BRITO, Silvia Helena Andrade de. O papel da avaliação CAPES no processo de internacionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil (2010-2016). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, p. 493–512, 26 set. 2019.

RIBEIRO, Lucas Souto. Venezuela no és más una democracia. **MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics**, v. 7, n. 1, 2, p. 1-7, maio 2019.

SEGRILLO, Angelo. **Russia: Europe or Asia?** 1. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

SOUSA, José Vieira de; FILHO, Edson Machado de Sousa. Internacionalização da educação superior no Brasil: presença de estudantes estrangeiros matriculados em curso de graduação em 2022. **Revista Educação e Políticas em Debate**, p. 1–21, 29 abr. 2024.

SUKOCO, Badri Munir et al. Comparative Study of ASEAN Research Productivity. **Sage Open**, v. 13, n. 1, p. 21582440221145157, 1 jan. 2023.

Recebido: 08 de janeiro de 2025

Aceito: 24 de maio de 2025

Publicado: 31 de janeiro de 2026

